


antropólogos ANDRÉ AMARAL DE TORAL e NORALDINO VIEIRA CRUVINEL que acolhe, face as razões e justificativas apresentadas, decide:

INSTITUTO

Documentação
 SOCIOAMBIENTAL
 Fonte DOU - Sec 1 - (231)
 Data 03/12/99 Pg 13-6
 Class. JED00006

1. Aprovar as conclusões objeto do citado resumo para afinal, reconhecer os estudos de identificação e delimitação da Terra Indígena INÁWÉBOHONA, de ocupação tradicional dos respectivos grupos tribais Javaé, Karajá e Avá-Canoeiro, coordenados pelo antropólogo André Amaral de Toral, com superfície e perímetro aprovados de 376.545 hectares e 400 km respectivamente, localizada nos municípios de Pium e Lagoa da Confusão, Estado do Tocantins.

2. Determinar a publicação no Diário Oficial da União e Diário Oficial do Estado de Tocantins, do Resumo do Relatório Circunstanciado, Memorial Descritivo, Mapa e Despacho, na conformidade do § 7º do art. 2º do Decreto nº 1.775/96.

3. Determinar que a publicação referida no item acima, seja afixada nas sedes das Prefeituras Municipais da situação do imóvel.

CARLOS FREDERICO MARÉS DE SOUZA FILHO

RESUMO DO RELATÓRIO DE IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO DA TERRA INDÍGENA INÁWÉBOHONA

Referência: Processo FUNAI/BSB/3622/81. Terra Indígena: Inawébohona. Superfície: 376.545 ha. Perímetro: 400 km. Localização: Municípios de Pium e Lagoa da Confusão, Estado do Tocantins. Sociedades Indígenas: Javaé, Karajá e Avá-Canoeiro. População: 97 pessoas (1998) + isolados. Identificação e Delimitação: Grupo Técnico constituído pela Portaria nº 941, de 05 de outubro de 1998, coordenado pelo antropólogo André Amaral de Toral.

I - DADOS GERAIS

1- Introdução

A Terra Indígena Inawébohona localiza-se no interior da parte centro e norte da Ilha do Bananal, formada pelo rio Araguaia e seu braço menor o rio Javaés. Os Javaé de Boto Velho recebem assistência da Administração Regional da FUNAI de Gurupi. Não existe infra-estrutura física da FUNAI na aldeia, que recebe visitas regulares dos funcionários da Administração Regional de Gurupi. Diversos grupos Karajá de Terras Indígenas contíguas utilizam-se da área em expedições de pesca, caça e coleta. No sul da proposta TI Inawébohona informações recentes dão conta da existência de um grupo Avá-Canoeiro arredio.

O Grupo Técnico de identificação e delimitação foi constituído por André A. Toral, antropólogo e coordenador, Plácido Costa Júnior, biólogo, Renato E. P. D'Alencar, engenheiro agrimensor (FUNAI/DAF/DED), Rubens Barbosa Filho, técnico em agropecuária (DFU/AER/GRP) e Gilson Saltório de Lima, técnico agrícola (INCRA/TO). Pedro Paulo dos Santos (AER/GRP), fez o apoio logístico. O grupo técnico esteve em campo, em Gurupi e no interior do Parque Nacional do Araguaia e da Terra Indígena Parque do Araguaia, entre os dias 13 e 28 de outubro de 1998. A presente Terra Indígena foi identificada e delimitada a partir de proposta apresentada pela comunidade de Boto Velho. A regularização fundiária da TI Inawébohona corresponde a uma antiga reivindicação Javaé, que sempre acompanharam *in loco* todos os trabalhos do GT da FUNAI em todas as suas fases.

Os Javaé, bem como os demais povos de língua Karajá, vivem nos terrenos marginais ao Araguaia há pelo menos quatro séculos. Todos os grupos de língua Karajá vieram do norte, do baixo Araguaia em épocas anteriores ao século XVI, deslocando-se para o sul em lavas sucessivas. Os Javaé foram os primeiros a atingirem o médio Araguaia e a Ilha do Bananal, instalando-se no seu interior e ao longo do rio que significativamente recebe o nome do grupo indígena: Javaé. As línguas Javaé e Karajá fazem parte da família lingüística Karajá, do tronco lingüístico Macro-Jê. Os Avá-Canoeiro são um grupo de língua da família Tupi-Guarani, do tronco Tupi, originária do alto Tocantins, no atual estado de Goiás. Chegaram à região da Ilha do Bananal no século XIX.

2- Histórico

Os Javaé não foram atingidos pelos ataques das expedições escravagistas oriundas de São Paulo, que percorreram o vale do Araguaia entre 1598 e 1750, atacando aldeias dos grupos indígenas vizinhos. Foram estes paulistas os primeiros a se referirem aos povos de língua Karajá como habitantes no baixo e médio curso do Araguaia, onde se inclui a Ilha do Bananal. A partir de 1770, quando o governo colonial inaugurou uma política de aproximação pacífica com os Karajá e Javaé, iniciam-se os registros seguros sobre sua população e localização. Os Javaé, na época, viviam na parte norte da Ilha. Um número considerável de Javaé, a partir de 1770 aceitaram viver em diversos aldeamentos do sul do atual estado de Goiás. Os recursos para essa política de aldeamentos deixaram de existir antes de terminada a década de 1780. Expostos à brutalidade das guarnições militares, dizimados por uma epidemia de sarampo e fartos do trabalho devido às autoridades, os Javaé e Karajá sobreviventes retornaram às suas regiões de origem. As consequências do experimento Pombalino dos aldeamentos foi o temor de epidemias por parte dos Javaé que mantiveram-se isolados no interior da Ilha por quase todo século XIX. Nesse século, os viajantes e funcionários governamentais - entre os quais Francis de Castelnau em 1844, Spinola em 1879, Paul Ehrenreich em 1887, Coudreau em 1896-1897 - informaram que os Javaé são tradicionais habitantes do norte da Ilha do Bananal.

Essa atitude de busca de isolamento que vigorou durante o século XIX abrandou-se a partir de 1900, quando os Javaé recebem em suas aldeias moradores da região, comerciantes, autoridades provinciais, missionários católicos, e etnógrafos. Em 1912, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) realiza o primeiro contato oficial com os Javaé que viviam em seis aldeias no interior da Ilha. A continuidade, e a antiguidade, desses registros históricos, que atestam a presença dos Javaé nas proximidades das lagoas da parte norte da Ilha do Bananal, são importantes pois demonstram que a área reivindicada na presente proposta da TI Inawébohona corresponde exatamente a uma fração do território historicamente ocupado por este grupo indígena. A identificação e delimitação das terras Javaé, portanto, é facilitada pelo fato de que o grupo indígena jamais se afastou das terras que ocupavam desde o século XVIII.

A história dos Javaé no século XX pode ser dividida em três períodos, correspondentes a fases distintas da ocupação de seu território e das transformações ocorridas nessa sociedade indígena. Ao longo de quase um século os Javaé experimentaram um processo contínuo de perda de população e sofreram as consequências da invasão dos territórios que exploravam por criadores de gado. A partir de 1980 observa-se uma paulatina recuperação populacional e territorial, com retiradas maciças de ocupantes e reocupação de aldeias. São três os períodos mais importantes da história Javaé desde 1900 até o presente:

Fim do isolamento (1900 a 1950): Início da venda de peixes e couros, comércio e visitas regulares de suas aldeias por regionais. Os Javaé sofrem violências praticadas por mariscadores. Início da ocupação do interior da Ilha pela pecuária regional. Intervenção SPI e inação do PI Damiana da Cunha. Início da invasão do território tradicional Javaé por pecuaristas.

Perda de população e invasão do território Javaé (1950 a 1980): Epidemias, grande redução de população, abandono de aldeias no interior da Ilha e dispersão de sobreviventes. A totalidade dos campos interiores à Ilha são ocupados pela pecuária regional. Acirramento de disputas com criadores, violência e remoção de aldeias por fazendeiros. Ebulção do patrimônio indígena. Estabelecimento do Parque Nacional do Araguaia (PNA), Decreto nº 47.570, de 31/12/1959 e do Parque Indígena do Araguaia (PIA) em 1971. Estabelecimento de Postos Indígenas (PIN). Prossegue envolvimento Javaé com o marisco. Remanescentes das aldeias do interior norte da Ilha se dirigem ao rio Javaés procurando comércio e assistência em Anoano e Inywebohona. Fundação PIN Canoanã. Alcoolismo. Confinamento da população Javaé.

Recuperação populacional e retomada territorial (1980 a 1998): Conflitos internos entre facções e regularização da assistência providenciada pela FUNAI em Canoanã. O Posto como padrão. Recuperação populacional e início da retomada de aldeamentos anteriormente ocupados por invasores. Reativação do PI

DESPACHO Nº 72, DE 26 DE NOVENBRO DE 1999

Assunto: Processo FUNAI/BSB/3622/81. Referência: Terra Indígena INÁWÉBOHONA. Interessado: Grupos Indígenas Javaé, Karajá e Avá-Canoeiro. EMENTA: Aprova o relatório circunstanciado de identificação e delimitação da Terra Indígena a que se refere, com fulcro no Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, tendo em vista o que consta no Processo FUNAI/BSB/3622/81, e considerando o Resumo do Relatório de Identificação, de autoris dos

Barreira Branca (antigamente denominado Damiana da Cunha). Os Javaé de Boto Velho impedem a construção de estrada estadual que atravessaria a Ilha do Bananal. Pressões do IBAMA sobre os Javaé de Boto Velho para saírem da área. Programa de extrusão da FUNAI retira ocupantes da TI Parque do Araguaia. Demarcação da Terra Indígena Parque do Araguaia. Retomada de territórios tradicionais. Permanece indefinição quanto à Terra Indígena para os Javaé de Boto Velho.

3- O território dos Javaé de Boto Velho: terras tradicionais e as demarcações realizadas pela FUNAI

A população da aldeia Boto Velho, 97 pessoas em 1998, reúne os habitantes de diversas aldeias, abandonadas até a década de 1970 devido às pressões dos criadores e à depopulação causada por doenças e falta de assistência e inoperância do SPI, CNPI e, posteriormente, FUNAI. Essas aldeias localizavam-se na mata do Mamão e nas partes centro e norte da Ilha do Bananal. Apresenta-se, na versão integral do relatório, o histórico e territórios dessas aldeias, de 1900 ao presente. Esse histórico, aliado à relação de sítios arqueológicos existentes na TI Inawébohona, mostram que a área é ocupada imemorial e tradicionalmente por populações Javaé e Karajá. Esta afirmação se confirma não só pelos depoimentos da população regional, servidores da FUNAI, da população Javaé e Karajá, mas também pela grande quantidade de vestígios de ocupação remota e recente, tais como artefatos líticos, cerâmica utilitária, vasos funerários, restos de casas, restos de plantações etc. Essa ocupação, naturalmente, é muitíssimo anterior ao decreto que criou o (PNA), em 1959 e aos demais que dividiram sua área com a TI Parque do Araguaia.

Toda a área do PNA reivindicado pelos Javaé é cenário e testemunha de sua história remota e recente. Apesar da modificação do padrão de ocupação do território a partir da diáspora das décadas de 1960 e 70 os Javaé e Karajá continuaram a se utilizar do território, explorando as áreas de suas aldeias tradicionais em função da pesca, da caça e da coleta de materiais para alimentação, para fins medicinais, artesanato e construção.

Ao sul destacam-se as aldeias Arao, Syrahaky e Wararèona; no centro Raraòky; ao norte da TI Inawébohona, as aldeias Unahija e as localizadas à montante da foz do Riozinho do Ezequiel no rio Javaés até a atual aldeia Wariwari.

As aldeias Arao, Syrahaky e Wararèona faziam parte de uma comunidade de aldeias Javaé que se distinguem das demais pela utilização intensiva dos recursos da mata do Mamão e pelo intenso intercâmbio social entre elas. Eram formadas por diversas parentelas que, apesar de se identificarem com parcelas do território, alternam seus locais de habitação entre diversas comunidades.

Essa alternância de locais de residência das mesmas parentelas se dá por questões de otimização da exploração dos recursos naturais da região mas também em função da redistribuição de sua população depois da intensa depopulação sofrida pelo grupo nas décadas de 1960 e 1970. Os habitantes dessas três aldeias, com efeito, só fixaram moradia às margens do rio Javaés depois de um longo período em que os sobreviventes de doenças ficaram "girando" entre taperas e capoeiras de diversas aldeias desaparecidas.

As populações das aldeias localizadas junto ao rio Javaés, como Unahija e Otxisao, por outro lado, foram expulsas dos locais em que viviam por pecuaristas, perdendo roças e áreas de coleta entre 1950 e 1970. São as seguintes as aldeias examinadas na versão integral desse relatório de identificação e delimitação: Arao-Lago de Pataca (centro sul da mata do Mamão), Syrahaky- Lago de Ananás (próxima ao rio Urubu e rio Mururé, centro da mata do Mamão), Wararèona- Lago do Mamão (centro sul da mata do Mamão), Raraòky-Lago da Pirambeira (norte da mata do Mamão, próxima ao rio Urubu), Unahija- Margem esquerda do rio Javaés, aproximadamente 10 km a jusante de Boto Velho.

Irregularmente incluído no Parque Nacional do Araguaia, o território das aldeias Javaé do sul, do centro e do norte da TI Inawébohona foi submetido a seguidas partilhas entre FUNAI e IBAMA: a mata do Mamão, território tradicional Javaé, fez parte até 1980 do Parque Indígena do Araguaia, quando foi irregularmente desconsiderada como terra indígena e passou a fazer parte do Parque Nacional do Araguaia (IBAMA) sem a realização de estudos de identificação e sem consultas aos grupos indígenas que a utilizavam.

A demarcação das terras que passaram a fazer parte da TI Parque do Araguaia em 1997 e 1998 também não levou em consideração que sua área excluía as terras dos Javaé de Boto Velho e vastas áreas interiores à Ilha do Bananal que são usadas para pesca, caça e coleta por este grupo local e por outros que vivem no interior da TI Parque do Araguaia. Em consequência dessas demarcações insuficientes os Javaé de Boto Velho e de outras aldeias ficaram expostos durante quase vinte anos às pressões da FUNAI, do órgão ambiental, dos políticos e criadores dos municípios vizinhos e mariscadores.

4- A presença e situação atual dos grupos Avá-Canoeiro arredios no interior da proposta TI Inawébohona

A parte centro e norte da Ilha do Bananal, bem com a região à leste, é tradicionalmente ocupada por grupos Avá-Canoeiro desde o século XIX. Os Avá-Canoeiro vivem em pequenos grupos com alta mobilidade que se deslocam sobre grandes extensões de territórios do centro-oeste brasileiro, nos estados de Tocantins e Goiás, forçados por contingências históricas a um eterno deslocamento. Parte desses Avá-Canoeiro foi contatada pela FUNAI em 1973 e instalados no PI Canoanã, junto aos Javaé. Existem informações de que um outro grupo Avá-Canoeiro permanece isolado no interior centro e norte da Ilha do Bananal. Os sinais de sua passagem concentram-se nas imediações da mata do Mamão, no interior do Parque Nacional do Araguaia e da presente proposta de TI Inawébohona. As notícias mais recentes incluem encontros de vaqueiros com os índios, rastros, furtos e outros sinais de sua presença: nos lagos Wariwari, de Pataca e Ananás, bem como nos rios Mururé e Randi-Toró. O modo de vida dos Avá-Canoeiro, que inclui o abate sistemático de gado e equinos, fez com que o grupo fosse historicamente perseguido e exterminado por criadores goianos e tocantinenses. Os Avá-Canoeiro arredios estão, portanto, expostos à ação dos mesmos criadores que atacaram, mataram e feriram componentes dos pequenos grupos isolados durante as décadas de 1960 e 1970 nos municípios à leste da Ilha do Bananal.

II - HABITAÇÃO PERMANENTE

Os Javaé costumam agrupar suas aldeias pelo nome do rio em cuja bacia se encontram, formando "comunidades de aldeias" que exploram de forma conjunta os territórios próximos.

Reocupada provavelmente antes do final da década de 1950 a área tradicional de aldeamentos conhecida como Boto Velho ou Inywebohona em Javaé, reuniu, a princípio, os habitantes de Otxisao (na margem direita do rio Javaés, próximo à foz do rio Formoso), que haviam sido removidos por fazendeiros de seu local original. A eles se somaram, durante a década de 1960, os remanescentes das aldeias Wariwari, Raraòky, Arao e Syrahaky, aldeias "nortistas" dos Javaé na Ilha do Bananal e de outras como as do rio Loroti. O crescimento da população da aldeia pelos emigrados do interior da Ilha cessou durante a década de 1970, quando a quase totalidade da população Javaé se reuniu no PI Canoanã, em reação à intensa depopulação iniciada nos anos 60.

A pressão dos fiscais do IBDF, a apropriação de territórios por criadores e a perda de população por doenças causou transferências de diversas famílias para o PI Canoanã. O atual crescimento da população de Boto Velho faz parte de um movimento mais amplo de reorientação das migrações internas Javaé neste final de século. Depois da perda de população e concentração junto às aldeias às margens do rio Javaé, entre 1960 e 1980, houve uma retomada de locais de aldeamentos que haviam sido desocupados pela influência conjunta de doenças e pressão de criadores. Dessa forma, a partir da recomposição populacional dos anos 80 deu-se a reocupação de diversas aldeias. É nesse movimento maior da população Javaé que se insere o caso de Boto Velho.

Devido ao pequeno número de terrenos não inundáveis e adequados às atividades agrícolas e habitação as aldeias Javaé ocuparam secularmente com roças e habitações os mesmos locais. Esse pequeno número de terrenos secos constitui-se na grande condicionante natural ao estabelecimento de aldeias em locais "virgens" ou inexplorados. As aldeias Javaé localizam-se em meio às roças ou a até 18 a 20 km das mesmas. Uma área com extensão semelhante a essa distância ao redor de cada local de aldeamento poderia ser considerado como o território histórico e tradicionalmente utilizado para atividades agrícolas. Para a localização de uma aldeia Javaé, portanto, importa não só a rentabilidade perene da área contígua, em termos de pesca e coleta, mas também a localização próxima de terrenos de mata não inundável onde possam fazer suas roças. Elevações suaves ou pequenos morros, sempre raros na paisagem plana da Ilha, são utilizados como cemitérios.

III - ATIVIDADES PRODUTIVAS

1- Descrição e características

Os Javaé se especializaram na exploração do ambiente local marcado pelo estio e pelo rigoroso regime de inundação da planície interior da Ilha. O aproveitamento desse ambiente marcado pelo fluxo e refluxo da água se concentra nas potencialidades da ictiofauna, além da fauna e espécies vegetais dos campos cerrados e das matas combinada com uma atividade agrícola regular.

Os Javaé são basicamente pescadores mas a especialização na exploração do ambiente específico dos vastos campos cerrados próximos, no entanto, fê-los também caçadores e coletores, com uma cultura de exploração do cerrado e das matas altas. As unidades de recursos naturais acham-se dispersas sobre o território. Viver exclusivamente de seus recursos, como fazem os Javaé, implica em aproveitá-lo ao máximo através de um intenso trânsito sobre esse território. O vasto interior da ilha, território histórico Javaé, está totalmente marcado por uma série de roteiros de pesca e coleta ligados a parentelas de diversas aldeias que exploram de maneira conjunta os territórios próximos.

Para a caça, coleta, pesca e atividades agrícolas os Javaé utilizam-se das bacias dos seguintes rios localizados no interior da TI Inãwébohona: Urubu, Riozinho, Verde, Randi-Toró, Mururé, Barreiro, Ariuari e médio e baixo cursos do rio Javaés. Em cada uma dessas bacias a ocupação Javaé se concentra em áreas sazonalmente utilizadas para atividades agrícolas, de pesca e coleta, caça e habitação. Esse padrão de ocupação reúne áreas próximas a aldeias historicamente ocupadas. Por esta razão quando aqui se menciona o território de uma aldeia refere-se a esse conjunto de terrenos utilizados para diversas atividades tradicionais.

Os próprios Javaé de Boto Velho, em reunião realizada em 03/10/1998, definiram em um documento as aldeias no interior da Ilha cujas áreas utilizam para suas atividades de subsistência tradicionais: Wararëona, Arao, Syrahaky, Ywaoro e Raraöky. Essas aldeias são também conhecidas pelos seguintes nomes: aldeia do lago do Mamão, do lago de Pataca, do lago de Ananás, Jatobá e do rio Urubu (pela ordem).

O mesmo documento relaciona os lagos percorridos pelos Javaé de Boto Velho: Mamão, Pataca, Ananás, Pirambeira, lago Adenaoro, lago Ahubero witkira, do Cocal, Ywaoro, Preto, lago Wouhãwatyby, do Pacu, lago Narybyö ahubero, lago Obju, lago Ijoi berena, lago Wabãde, lago Txunohö, lago Wou lawörynyrna, lago Narihiro e lago Rahasaniro entre outros. Além desses lagos são relacionados os rios Barreiro, Urubu, Ariuari entre outros. O rio Javaés também é intensamente explorado para a pesca cotidiana de subsistência em trechos à montante e à jusante da aldeia Boto Velho; durante todo o verão, no entanto, o rio é praticamente todo percorrido no seu baixo e médio cursos, da foz do Loroti à foz do Riozinho do Ezequiel, em função da coleta de ovos de quelônios e passagem e concentrações de cardumes de diversas espécies de peixes.

As áreas utilizadas para atividades agrícolas situam-se junto às aldeias localizadas próximas aos rios Urubu, Riozinho, Javaés, Randi-Toró, Mururé, Barreiro e Ariuari. Essas áreas, portanto, localizam-se juntas ao território das aldeias a seguir, todas no interior da TI Inãwébohona. No interior da Ilha: Boto Velho, Raraöky, Arao, Syrahaky, Wararëona, Yawaoro/ Jatobá, Bedcura 1 e 2, Dejuêho e Waötyna 1. Nas margens do rio Javaés: Unahija, Hatomoö, Häjutoro, Botorëni, Waötyna 2, Wyhyrahetoji ijarana, Walayry 2, Txuöde, Adedura luu 1 e 2, Otxisao, Irödu háwa, Ijoi anaraana, Waurihí e Walo. Todas as aldeias situadas às margens do rio Javaés costumavam empregar sua margem leste para atividades agrícolas. Estas áreas da margem leste do rio Javaés não foram incluídas da presente proposta de identificação

A utilização intensa dos recursos da floresta vizinha fez a caça e a atividade agrícola terem, entre essas comunidades, uma importância muito maior que entre outras aldeias Javaé. Os territórios de caça e coleta das aldeias existentes até meados da década de 1970 continuam a ser percorridos pelos Javaé contemporâneos a partir de Boto Velho e outras aldeias Javaé em expedições anuais de caça, coleta e principalmente pesca.

A pesca com a finalidade de venda atualmente visa principalmente o tucunaré e o pirarucu congelados ou salgado em mantas e vendidos para os centros consumidores regionais, a partir de Gurupi e Goiânia. Os Javaé para esse fim percorrem os lagos situados nas proximidades da aldeia Boto Velho assim como outros mais distantes em áreas no interior do PNA e da TI Parque do Araguaia. Essas excursões são feitas principalmente durante o estio por grupos de homens pescadores que acampam na beira dos lagos. Embora em escala menor que a praticada por volta de 1980, a pesca profissional continua a ser, hoje em dia, importante fonte de renda para os Javaé.

2- Os Javaé e seus vizinhos: atividades econômicas, projetos governamentais e não governamentais na Ilha do Bananal e seu entorno

As relações dos Javaé com seus vizinhos regionais são determinadas em boa parte pelo andamento do processo de ocupação das terras e utilização irregular do patrimônio indígena. Como resultado da pesca promovida por não índios na área e na bacia do Araguaia, os Javaé enfrentam um aumento progressivo na concorrência para a obtenção do peixe. A perda da rentabilidade da pesca e a concorrência do pescador ribeirinho ou profissional, por outro lado, comprometem uma importante fonte de recursos para os Javaé: o comércio de peixe.

Grandes projetos agropecuários foram implantados na região principalmente através da política de incentivos fiscais do governo federal a partir da década de 1970. Parcelas da população e da classe política regional criam gado em terras do PNA e TI Parque do Araguaia. Dispõem inclusive de uma associação, designada SOCRIBAL- Sociedade dos Criadores da Ilha do Bananal.

A pressão do governo do Estado do Tocantins para que o PIA e o PNA sejam atravessados por uma estrada prossegue nos dias de hoje através da manutenção por este mesmo governo de uma balsa, junto à foz do rio Formoso em Barreira da Cruz, com a qual se faz o transporte de pessoas e veículos para o interior da Ilha, cruzando-se o rio Javaés. Outra balsa é mantida no Riozinho, no interior da Ilha, sem autorização do IBAMA, FUNAI e das comunidades indígenas.

Os Javaé encontram-se na área de influência direta da hidrovia Araguaia - Tocantins no seu trecho sobre o médio Araguaia. Lideranças de todas as comunidades Javaé foram oficialmente informadas do projeto em novembro de 1997. Numa reunião na aldeia Barreira Branca com uma equipe enviada pela Administração da Hidrovia Tocantins-Araguaia (AHITAR), ligada à Companhia Docas do Pará (Ministério dos Transportes), manifestaram-se unanimemente contra o projeto, assim como os Karajá também consultados, por entenderem que a construção do canal faria a água fluir mais rapidamente pelo Araguaia, o que diminuiria o fluxo para seu braço menor, o rio Javaés.

O Parque Estadual do Cantão, em estudos pelo governo do Estado do Tocantins, deverá abranger uma área contígua e ao norte da Ilha do Bananal, nos municípios de Caseara e Pium, limitada pelo rio do Côco, tributário do rio Araguaia. O Parque do Cantão faz parte do "Pólo de Ecoturístico Ilha do Bananal/ Cantão" estabelecido pelo governo do Tocantins para aproveitamento e desenvolvimento do potencial turístico da região. Causa preocupação a inclusão da TI Parque do Araguaia, da proposta TI Inãwébohona e do PNA num plano de metas para o desenvolvimento do turismo no Estado, sem que tenham sido feitos estudos ou consultas junto aos interessados (comunidades Javaé e Karajá, FUNAI e IBAMA).

3- Intercâmbio sócio econômico com outros grupos indígenas

Além da falarem dialetos de uma mesma língua os Karajá e Javaé tem grande proximidade cultural e social. Os dois grupos partilham história e territórios. Ao longo de seu relacionamento secular, todo ele realizado sobre a parte centro e norte da Ilha, além do alto Araguaia, são inúmeros os vínculos sociais estabelecidos entre os dois grupos. Essas inúmeras afinidades, nos últimos anos, tem levado os dois grupos indígenas a atuarem de maneira conjunta em assuntos visando a regularização fundiárias da TI Parque do Araguaia.

Apesar de ocuparem uma região contígua à dos Avá-Canoeiro arredios na mata do Mamão, os dois grupos indígenas não mantêm nenhum contato atualmente. Pescadores Javaé ocasionalmente encontram vestígios da passagem dos Avá-Canoeiro nos lagos do centro e norte da Ilha do Bananal e incluídos na presente proposta de TI Inãwébohona. Os Javaé temem os encontros e improváveis surpresas por parte dos tímidos Avá-Canoeiro.

IV - MEIO AMBIENTE

Os Javaé vivem na Ilha do Bananal, uma depressão no Brasil central que possui uma ampla rede de drenagem formada por rios de médio e grande porte, riachos, nascentes e lagos. São solos geralmente ácidos, de baixa fertilidade natural. Na parte oriental mais elevada da ilha do Bananal, que corresponde ao território Javaé, ocorrem também solos profundos, com vegetação típica de floresta e cerrado. Os principais ecossistemas de terra firme são a mata seca, o cerrado e o cerrado; em terreno inundado periodicamente temos o campo, cerrado, mata inundada e mata ciliar inundada.

Os Javaé são tradicionais habitantes, como os Karajá, dessa "área de transição", em termos ambientais, entre a Província do Cerrado e o Domínio Amazônico. Ao sul da TI Inãwébohona localiza-se a mata do Mamão, grande formação de floresta e campos cerrados com terrenos não inundáveis.

O território chama a atenção por sua beleza. Na estação de estio a vista é dominada pelos vastos campos de savana formados pelo capim nativo. Ao longe, quase a perder de vista, num mar de capim, estão as "ilhas" de matas restritas às pequenas elevações ou ao logo de cursos d'água e lagos. Aqui e acolá esses capões oferecem recursos naturais diferenciados: ali é uma mata formada por palmeiras, ali é um lago, ali é uma sangra e assim por diante. As unidades de recursos naturais acham-se assim dispersas sobre um intenso território explorado pelo grupo, segundo o período do ano e seus usos, costumes e tradições.

Durante a estação das chuvas o panorama altera-se completamente: os campos encontram-se totalmente cobertos pelas águas. A aparente vastidão do território, na verdade, é relativa. Isso explica porque as aldeias Javaé ocupam, nos últimos séculos, sempre os mesmos locais.

Além do interior da ilha os Javaé, e especialmente os de Boto Velho, exploram também ambas as margens do rio Javaés, principalmente no seu médio e baixo trechos, dividindo-o numa série de designações que se aplicam a cada um de seus trechos. Essas designações marcam o território sob o ponto de vista Javaé. A maioria das designações associa o local considerado a espécies vegetais e animais com ventos históricos como a presença de grupos não-Karajá (Xavante e Tapirapé) e com personagens cosmológicos. São comuns também as associações de trechos do rios a líderes de famílias pioneiras na sua exploração, cujos descendentes ainda vivem em Boto Velho e Wariwari. A toponímia desses trechos, dos rios e lagos da área evidenciam o conhecimento acumulado sobre o território Javaé e a sua importância na subsistência física e cultural do grupo.

O ecossistema regional vem sofrendo a ação de diversas modalidades de atividades econômicas. Algumas delas desenvolvem-se há mais de meio século, como a pecuária extensiva. Outros, como os de agricultura irrigada, desenvolvem-se há pouco mais de vinte anos. Os principais fatores negativos a atuarem sobre o meio ambiente da Ilha do Bananal e especificamente no interior da proposta TI Inawébohona são os seguintes: queimadas e invasões de não índios em função da pecuária, pesca clandestina exercida por não índios, trânsito irregular de pessoas e veículos, e a existência de lavouas irrigadas que utilizam a água do rio Javaés subtraído-a ao curso principal do Javaés e da planície de inundação da Ilha do Bananal. A derrubada das matas ciliares, em especial, que limitavam os efeitos da erosão, tem causado o incremento do assoreamento e a poluição do rio Javaés.

V - REPRODUÇÃO FÍSICA E CULTURAL

1. Demografia e distribuição espacial: população e aldeias Javaé entre 1900 e 1998

A população Javaé total, incluindo-se Boto Velho, é de 849 pessoas, pelos dados da Administração Regional da FUNAI em Gurupi. A população de Boto Velho, 97 pessoas, apresenta tendência de crescimento populacional contínuo e encontra-se satisfatoriamente dividida entre os sexos em todos os intervalos etários.

A primeira perda populacional importante ocorreu entre 1770 e 1780 devido a epidemias nos aldeamentos do sul de Goiás. Retomado o contato após o isolamento voluntário do grupo indígena no século XIX a perda de população Javaé por doenças agravou-se a partir de 1960 quando a população do grupo diminuiu drasticamente. Aldeias inteiras, como Arao, Wararëona, Syrahaky e Raraöky entre outras, foram praticamente extintas. Dos 650 Javaé de 1941 chegam a 1976 apenas 353 deles. Isso significa que em 35 anos os Javaé perderam aproximadamente 40% de sua população original.

A retomada das aldeias a partir de 1980 parece ser a última fase do processo de migrações internas dos Javaé neste século. Representa a reestruturação populacional e territorial do grupo indígena depois de um contato desastroso que lhes causou grandes perdas populacionais e o deslocamento para a beira do rio Javaés. Essa população com crescimento demográfico contínuo deve recobrir seus aldeamentos na regiões centro e norte da Ilha do Bananal e que correspondem ao seu território tradicional reivindicado na proposta TI Inawébohona.

2- Organização social e território

Os Javaé, como os demais grupos de língua e cultura Karajá, se vêem como pertencentes a parentelas de vivos (*wasy*) e de mortos (*wabädê*), associadas respectivamente aos lugares onde vivem atualmente e onde viveram seus ancestrais. Dessa maneira, todo o território Javaé se liga a parentelas específicas formadas por grupos de descendentes bilaterais, reconhecidas pelos nomes de seus líderes ancestrais masculinos. Os Javaé organizam-se basicamente através de famílias extensas que formam essas parentelas com expressão territorial. Intercambiando a utilização de diferentes unidades de recurso ligadas a parentelas de aldeias específicas os Javaé maximizam a utilização do território como um todo. O conceito de território Javaé comporta a idéia de um conjunto de locais utilizados por uma série de aldeias em sistema de intercâmbio. A TI Inawébohona, por sua vez, faz parte do "território" de outras aldeias Javaé. O território Javaé, no seu sentido pleno, é a somatória de recursos naturais atuais e historicamente utilizados por todas as comunidades e não uma porção de terra exclusivamente ligada a uma ou outra aldeia.

A religião Javaé enfatiza a ligação dos vivos com seus ancestrais masculinos. É essa relação que determina a formação de grupos rituais e o lugar do indivíduo no cosmos. Todo homem Javaé, pertence ao grupo de praça, *ijoi*, ao qual pertencia seu pai. Os *ijoi* são grupos de homens iniciados que "encarnam" seus ancestrais masculinos. Durante todo as cerimônias do ano, os dois *ijoi* Javaé, *hirëtu* e *saura* atuam como grupos de trabalho, na pesca, caça, coleta, além de grupo de consumo de alimentos. Para enfatizar a formação anual de novos membros do *ijoi*, levada a efeito na época das chuvas, é feito um complexo conjunto de rituais que culmina com o ritual do *Hetohoky*, a "Casa Grande". Para esse rito de passagem são convocados uma grande quantidade de habitantes de diversos planos do cosmos Javaé, os *Worosy*. Recepcionados de maneira apropriada tornam-se aliados da comunidade e protetores de seus novos membros. Para a comunidade de Boto Velho existem pelo menos dois locais próximos à atual aldeia que se destacam pela sua importância dado o número de *worosy* que os habitam. Ambos localizam-se às margens do rio Javaés: (1) Horotoro (2) Warilamanaro. Cada aldeia tem um conjunto de *worosy* que vivem nas suas proximidades. São esses *worosy* que serão convocados para as festividades da Casa Grande.

Certamente a categoria de seres cosmológicos mais comumente evocada pelos Javaé é a dos *ijasò*. O mundo que existe sob a terra que conhecemos é o domínio dos *ijasò*. Cada *ijasò* vive sob os rios, córregos, sangras e lagos ou em campos e matas da região. O território dos *ijasò* percorrido pelos xamãs Javaé de Boto Velho corresponde aos lagos, rios e sangras da região centro e norte da Ilha do Bananal. É através dos *ijasò* que os xamãs conseguem alimento para a comunidade. Existe forte identificação entre comportamento religioso apropriado e fatura alimentar. Na versão integral deste relatório apresenta-se uma lista de dezenas de *ijasò* com o respectivo rio, lago, varjão, mata ou campo onde vivem no interior da TI Inawébohona.

Segundo os mitos de origem Javaé e Karajá toda sua história se liga à região que ocuparam nos últimos quatro séculos: o centro e norte da Ilha do Bananal, no médio curso do Araguaia. Descrevem seu movimento, desde que saíram das profundezas para a superfície da terra, como sendo continuamente orientado para o "alto", que segundo a concepção Javaé fica para o sul, para o alto rio.

O local onde a humanidade foi exterminada, Inyweböhona, "local onde rebentava a nossa barrigã" (no fogo), situa-se próximo à atual aldeia de Boto Velho, no interior da TI Inawébohona, às margens do rio Javaés. Todas as áreas do território da TI Inawébohona mais intensamente ocupadas por aldeias Javaé, principalmente às margens do rio Javaés e ao sul da Terra Indígena, junto à mata do Mamão, guardam sinais de ocupação Javaé recente e remota: restos de moradias, capoeiras e derrubadas, espécies vegetais plantadas, cemitérios e sítios arqueológicos. A toponímia Javaé liga partes do território da TI Inawébohona a líderes familiares e sua parentela atualmente existente. São comuns também associações entre trechos do território e acontecimentos cosmológicos.

O território Javaé, portanto, é a base de seu sistema religioso. Sua subsistência não é apenas um fato econômico mas tem íntima ligação com sua religião. Privá-los de seu território significa minar a infra-estrutura não só de sua subsistência como de sua religião e de seu modo de ser.

Os sítios arqueológicos existentes no interior da TI Inawébohona, grosso modo, indicam dois tipos de ocupação, uma mais recente, de 1900 até o presente, e outro mais recuado no tempo, ou seja anterior ao século XIX. Pelos abundantes vestígios arqueológicos encontrados, portanto, pode-se mapear sítios de ocupação que vem desde o século passado e sítios ocupados nos últimos vinte ou trinta anos. Próximos ou sobre estes localizam-se os últimos pontos de habitação conhecidos e utilizados pelos que Javaé que vivem ainda.

A população Javaé concentrou sua ocupação na parte centro e norte da Ilha pelo menos desde o século XVII. A parte norte da Ilha apresenta inúmeros sítios arqueológicos que atestam a presença dessa etnia em toda sua área. A TI Inawébohona, porção desse território densamente ocupado por estas populações, também apresenta inúmeros sítios arqueológicos.

A versão integral desse relatório traz uma descrição sintética dos sítios arqueológicos correspondentes a locais de habitação permanentes visitados em outubro de 1998. São os seguintes os sítios arqueológicos visitados e localizados no interior da TI Inawébohona: (a) Arao- Lago de Pataca, mata do Mamão, próxima ao rios Urubu e Mururé (aldeias de Arao, Dédési e Ohötirasyrna), (b) Syrahaky- lago de Ananás, próxima ao rio Urubu, mata do Mamão, (c) Raraöky- lago da Piraibeira, próxima ao rio Urubu, norte da mata do Mamão (no local existem duas

aldeias com o mesmo nome ocupadas em períodos de tempo distintos), (d) Unahija/ Latenisena- margem esquerda do rio Javaés, a aproximadamente 10 km a jusante de Boto Velho (no local existem dois sítios arqueológicos, um exatamente ao lado do outro), (d) Ijoi anaraana- margem direita do rio Javaés próximo à barra do Riozinho do Ezequiel, fora da TI Inawébohona, no interior da fazenda Javaés, (e) Inywébohona- margem esquerda do rio Javaés a 4 km ao norte da aldeia Boto Velho.

Os sítios arqueológicos aqui mencionados e visitados são os mais importantes localizados no interior da TI Inawébohona. Fazem parte de um conjunto maior formado por cerca de 20 pontos de aldeamentos tradicionais localizados no interior da TI Inawébohona. Cada um desses locais de aldeamento, à exemplo dos sete levantados, também apresenta a mesma riqueza de material arqueológico, comprovatória da antiguidade da ocupação Javaé e Karajá realizada no local. É a seguinte a relação de sítios arqueológicos no interior da TI Inawébohona: Inywébohona, Raraóky, Wararôna, Arao, Dédési, Ohótirasryrna, Syrahaky, Ywaoro, Unahija, Bedeura, Hatomô, Hajutoro, Txuôdê, Botôreni, Wyhyrahetoji ijarana, Waurihi, Walo, Waôtyna, Waôtyna 2 e Dêjuêho.

VI - LEVANTAMENTO FUNDIÁRIO

1 - Ocupantes não-índios da TI Inawébohona

As ocupações não-índigenas incidentes na TI. Inawébohona, iniciada no final da década de 1950 e início da década de 1960, foi intensificada com o aluguel de pastagens por parte da FUNAI e pelos índios, especialmente na década de 1980. Caracterizam-se como pecuária sazonal extensiva, exercida sobretudo através da mão-de-obra de terceiros.

Os atuais ocupantes não-índigenas dessa área, com suas ocupações, tempo e indicação sobre a residência ou não dos mesmos no local são os relacionados no quadro a seguir:

LVA	Nome do ocupante	Ocupação ou localidade ocupada	Tempo	Reside na ocupação
01	João Batista M. Santana	São Domingos I	15 anos	SIM
02	José Oliveira Falcão	São Domingos II	10 anos	NAO
03	Jaris Rodrigues Facão	São Domingos III	02 anos	SIM
04	Gentil Dias Júnior	São Domingos IV	05 anos	NAO
05	Milton de Aguiar Franco	São Domingos	30 anos	NAO
06	João Marcos da Silva	União	30 anos	NAO
07	Hamilton R. de Oliveira	Praia Alta III	21 anos	NAO
08	Manoel D. de Carvalho	Praia Alta II	20 anos	NAO
09	João Batista Rego	Praia Alta I	12 anos	NAO
10	Milton de Aguiar Franco	São Sebastião	20 anos	NAO
11	Milton de Aguiar Franco	Barreira do Cocal	30 Anos	NAO
12	José Antônio de Abreu	Boa Sorte	30 anos	NAO
13	Benta Ferreira Lopes	Lago Redondo	30 anos	NAO
14	Gerson Alves de Castro	Porto dos Gamas	20 anos	NAO
15	Luiz José de Assunção	Novo Acordo	30 anos	SIM
16	Djalma Neves de Oliveira	São Pedro	15 anos	NAO
17	Olimpio dos Reis Aguiar	Santa Cruz	20 anos	NAO
18	José Olímpio da Silva Rodrigues	Santa Rita	20 anos	NAO
19	Domingos Mendes do Nascimento	São Domingos	35 anos	SIM
20	José Maria Mendes Lima	Recanto	30 anos	NAO
21	Liberado Ribeiro da Rocha	São José	35 anos	NAO
22	Adão Pereira de Sousa	São Salvador	18 anos	NAO
23	Eurípedes Dias Ribeiro	Fazendinha	14 anos	SIM
24	Aguida Marinho de Oliveira	Seis Irmãos	20 anos	NAO
25	Raimundo Ribeiro Rocha Filho	Boa União	18 anos	NAO
26	Ivone Bandeira Franco	Santa Rosa I	20 anos	NAO
27	Luiz Antonio Mendes Coutinho	Santa Rosa II	20 anos	SIM
28	Antonio Durval dos Santos Bezerra	Boa Esperança	15 anos	SIM
29	Adolfo Garcia de Oliveira	Coqueiral	39 anos	SIM
30	Juarez Rodrigues Cavalcante	Capão de Banana	20 anos	NAO
31	Raimundo Barbosa Soares	Santa Luzia	20 anos	NAO
32	Luiz Gonzaga Cirqueira	Lago Preto	20 anos	NAO
33	Maria Joana dos Santos Lacerda	Lago Preto	?	NAO
34	Raimundo Ferreira Barbosa	Sítio Novo	40 anos	SIM
35	Valdir Sebastião de Carvalho	São Sebastião	20 anos	NAO
36	Carlos da Cruz Cavalcante	Boa Esperança	26 anos	NAO
37	José Alves de Araújo	Cocal	20 anos	NAO
38	Luiz Mendes da Costa	Jatobá	20 anos	NAO
39	Sídinez Pereira Marinho	Recantinho	20 anos	NAO
40	João Santana Pereira Rocha	Jovaiork	13 anos	SIM
41	Luiz Moreira da Silva	Boa Esperança	13 anos	SIM
42	Luiz Moreira de Oliveira	Palmeira	30 anos	NAO
43	Miguel da Costa Pereira	Cocalim	30 anos	NAO
44	"Mundiquim do Canto Fundo"	Canto Fundo	03 anos	SIM
45	Cristovam de Souza Oliveira	Nova União	04 anos	SIM

2- O Parque Nacional do Araguaia

Como já foi visto a Ilha do Bananal e seu entorno são territórios ininterruptamente ocupados pelos Javaé e Karajá desde o século XVIII. Não obstante, em 1959 foi assinado um decreto presidencial que criou o PNA, subordinado à Seção de Parques Nacionais do Serviço Florestal do Ministério da Agricultura e que se destinava à proteção ambiental. A área do PNA englobava então a totalidade da Ilha, habitada na época por cerca de 2.500 índios Javaé e Karajá, além dos Avá-Canoeiro, divididos em aproximadamente dez aldeias que recebiam assistência do Serviço de Proteção aos Índios através de quatro Postos Índigenas. Esse decreto nº. 47.570 decorreu da Lei Estadual no. 2.370 de 17/12/1958, que autorizava o governo do Estado de Goiás a doar a Ilha do Bananal à União para criar um Parque Nacional.

Ante esses erros estabeleceu-se uma nova área para o PNA. Um segundo decreto presidencial, de no. 68.873 de 05/07/1971 e retificado pelo decreto no. 71.879 de 01/03/1973, reduziu a área do PNA para o terço norte da Ilha, onde se situavam e se situam atualmente as aldeias Boto Velho (Javaé) e Macaúba (Karajá). O restante da Ilha, seus dois terços inferiores, foi destinado ao Parque Indígena do Araguaia de acordo com o decreto no. 69.263 de 22/09/1971.

Seguido a linha do decreto nº. 47.570, o de no. 68.873 também não reconheceu a existência de índios na parte norte da Ilha do Bananal: o PNA continuava instalado em área densamente ocupada por grupos indígenas. Os conflitos entre IBDF e a população da aldeia Macaúba, ainda incluída em área do PNA forçaram uma nova revisão dos decretos que estabeleciam as áreas do PNA e PIA.

Em 1980 um terceiro decreto presidencial de no. 84.844 de 24/06/1980 alterou as áreas dos dois Parques. A aldeia de Macaúba passa a fazer parte do território do PIA. A aldeia Javaé de Boto Velho permaneceu no interior da área do PNA. Como compensação pela precária inclusão de parte do território de Macaúba no PIA, o

limite oriental do PNA passa, a partir de 1980, a incluir a mata do Mamão, que ficava no interior do PIA pela delimitação anterior.

Em 1985 uma portaria da presidência da FUNAI interdita uma faixa de terra provisória em torno da aldeia Boto Velho tentando garantir a integridade física de seus ocupantes ante as pressões do IBDF.

VII - CONCLUSÃO - PROPOSTA DE IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO DE TERRA INDÍGENA INÁWÉBOHONA

A proposta da Terra Indígena Ináwébohona corresponde às terras ocupadas ininterruptamente desde o século XVIII pelos Javaé da parte centro e norte na Ilha do Bananal. Garante também uma zona de refúgio suficiente para um grupo Avá-Canoeiro que recusa o contato e permanece no interior e arredores da mata do Mamão. A TI Ináwébohona ademais faz parte do território tradicionalmente explorado por diversas outras comunidades Javaé da TI Parque do Araguaia: Wariwari, Imotxi, Canoanã e Txuiri principalmente. Os Karajá de Fontoura e Macaúba, na TI Parque do Araguaia, e os Karajá da TI Santana do Araguaia e de Lago Grande também utilizam-se de áreas no interior da TI Ináwébohona para pesca, caça e coleta.

O limite oeste da TI Ináwébohona é formado pelos rios Riozinho e Randi-Toró e completado com uma linha seca até as proximidades do lago do Mamão. Outra linha seca até as margens do rio Javaés perfaz seu limite sul. O limite leste é o curso do rio Javaés, desde o extremo sudeste, pouco a montante da foz do rio Loroti, até a foz do Riozinho do Ezequiel, seu ponto extremo nordeste.

A TI Ináwébohona, conforme identificada e delimitada pelo presente relatório corresponde à terra tradicionalmente ocupada por grupos indígenas em caráter permanente e segundo seus usos, costumes e tradições. O território da TI Ináwébohona foi identificado e delimitado obedecendo-se a todos os requisitos da Constituição Federal para ser reconhecido como terra indígena. Suas terras são (a) habitadas em caráter permanente, (b) utilizadas em atividades produtivas, (c) imprescindíveis à preservação ambiental e (d) necessárias à reprodução física e cultural da comunidade indígena.

A presença dos Javaés na área reivindicadas é amplamente documentada em documentos oficiais do SPI e FUNAI, em notícias saídas na imprensa, na bibliografia especializada de autoria de etnógrafos e antropólogos brasileiros e estrangeiros. A TI Ináwébohona, ademais, apresenta provas irrefutáveis de ocupação passada e atual pelos Javaé e Karajá: grande número de sítios arqueológicos, restos de plantações, capoeiras, áreas derrubadas, cemitérios, locais de pesca etc. Na tentativa de buscar uma acomodação com seus vizinhos regionais da margem leste do rio Javaés e o IBAMA, os Javaé, para o dimensionamento da TI Ináwébohona, como vimos, abriram mão de importantes parcelas de seu território tradicional. Ficaram de fora da presente proposta os territórios das aldeias habitadas até a década de 1970 próximas ao rio Loroti, das aldeias próximas à foz do Riozinho do Ezequiel, as estabelecidas também na margem leste do rio Javaés e a ponta setentrional da Ilha do Bananal, ao norte da TI Ináwébohona.

A TI Ináwébohona, conforme mapa e memorial descritivo a seguir, garante o chão sobre o qual os Javaé construíram sua história e sua maneira de ser. Seus territórios constituem-se no fundamento de sua religião e visão de mundo. A garantia legal das terras que ocupam é seu direito e sua implementação necessária por ser a única medida capaz de pôr fim a conflitos com os atuais invasores e o IBAMA que já duram mais de duas décadas.

ANDRÉ AMARAL DE TORAL
 Coordenador do GT - Portaria nº 941/PRES/98

NORALDINO VIEIRA CRUVINEL
 Coordenador da CDA/DEID/DAF

Diretoria de Assuntos Fundiários-DAF
 Departamento de Demarcação-DED
 Memorial Descritivo de Delimitação
 Denominação
 Terra Indígena Ináwébohona
 Aldeias Integrantes
 Boto Velho
 Grupos Indígenas
 Javaé, Karajá e Avá-Canoeiro

Localização

Municípios: Pium e Lagoa da Confusão

Estado: Tocantins

Administração Executiva Regional: Gurupi

Extremos	Coordenadas dos Extremos		Longitude
	Latitude		
Norte	10° 12' 00" S	e	50° 10' 55" WGr
Leste	10° 33' 40" S	e	49° 56' 10" WGr
Sul	11° 10' 00" S	e	50° 23' 00" WGr
Oeste	11° 10' 00" S	e	50° 23' 00" WGr

Nomenclatura	Base Cartográfica		Órgão	Ano
	Escala			
SC.22-Z-A e SC.22-Z-C	1: 250.000		DSG	1983

Dimensões	
Superfície:	376.545 ha (Trezentos e setenta e seis mil, quinhentos e quarenta e cinco hectares) aproximadamente.
Perímetro:	400 km (quatrocentos quilômetros) aproximadamente.

Descrição do Perímetro

NORTE : Partindo do Ponto 01 de coordenadas geográficas aproximadas 10° 12' 00" S e 50° 10' 55" WGr., localizado na margem direita do Rio Riozinho, segue por uma linha seca até o Ponto 02 de coordenadas geográficas aproximadas 10° 12' 00" S e 49° 57' 15" WGr., localizado na margem esquerda do Rio Javaés, em frente a foz do Rio Riozinho do Ezequiel. LESTE: Do ponto antes descrito, segue a montante, pela margem esquerda do Rio Javaés até o Ponto 03 = Marco SAT - 07 de coordenadas geográficas geodésicas 11° 10' 00,3761" S e 50° 00' 16,0155" WGr. SUL : Do ponto antes descrito, segue por uma linha seca, até o Ponto 04 = Marco SAT - 06 de coordenadas geográficas geodésicas 11° 10' 00,4389" S e 50° 22' 59,9096" WGr., localizado próximo a estrada de acesso ao Lago do Mamão. OESTE : Do ponto antes descrito, segue por uma linha seca, até o Ponto 05 = Marco SAT - 05 de coordenadas geográficas geodésicas 10° 50' 00,3100" S e 50° 22' 59,3461" WGr., daí, segue por uma linha seca, até o Ponto 06 de coordenadas geográficas aproximadas 10° 50' 00" S e 50° 14' 38" WGr., localizado na margem direita do Rio Randi Toró, situado próximo ao Marco SAT - 04, daí, segue a jusante pela sua margem direita até o Ponto 07 de coordenadas geográficas aproximadas 10° 30' 20" S e 50° 16' 00" WGr., localizado na confluência com o Rio Riozinho, daí, segue a jusante pela sua margem direita até o Ponto 01, início da descrição deste perímetro. Nos trechos compreendidos entre os pontos 03 e 06, confronta-se com a Terra Indígena Parque do Araguaia. OBS: 1- Base cartográfica utilizada na elaboração deste memorial descritivo: SC.22-Z-A e SC.22-Z-C - ESC. 1: 250.000 - DSG - 1983. 2- Nos trechos compreendidos entre os pontos 03 e 07, confronta-se com a Terra Indígena Parque do Araguaia. Responsável técnico pela definição dos limites Renato Eduardo P. D'Alencar - Eng. Agrimensor DED/DAF/CREA - DF 4.210/D

